

SUICÍDIO E ASSÉDIO: DUAS VERTENTES DE UMA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

*SUICIDE AND BULLYING: TWO STRANDS OF
CONTEMPORARY HISTORY*

*Lidia Levy*³³

*Maria Eduarda S. P. Simonsen*³⁴

*Monah Winograd*³⁵

Resumo

Este ensaio tem como objetivo esboçar uma articulação entre as marcas dos tempos atuais e o *bullying*, tanto do ponto de vista da vítima, quanto do ponto de vista dos que o praticam. Destacamos, de um lado, o suicídio como saída extremada para as angústias e, de outro, a repetição da violência como tentativa de aniquilamento do estranho em cada um, excluído e projetado. Em ambos os casos, veem-se movimentos mortíferos em operação como resposta ao desamparo resultante do cenário atual.

33 Psicanalista, Professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio, Membro da SPCRJ, SPID e AIPCF.

34 Psicóloga, Especialista em “Psiquiatria e Psicanálise da Infância e Adolescência” pelo IPUB/UFRJ, Mestranda PUC-Rio.

35 Psicanalista, Professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio, onde integra a linha de Pesquisa em Psicanálise: Clínica e Cultura, Pesquisadora do CNPq (produtividade 2), Editora da Revista Psicologia Clínica (PUC-Rio).

Palavras-chave: suicídio, bullying, desamparo; passagem ao ato.

Abstract:

This essay aims to outline a link between the marks of nowadays and bullying, from the viewpoint of the ones who practice it and the victim's. Highlighting, on one hand, suicide as extreme solution to deal with anguish and, on the other hand, the repetition of violence in an attempt to annihilate the stranger in each person, excluded and projected. In both cases, one sees deadly movements as a response to helplessness resulting from the current scene.

Keywords: *suicide, bullying, helplessness, passage to the act.*

O aumento de casos de suicídio entre jovens em nossa sociedade merece um estudo. As histórias divulgadas pela mídia revelam o desamparo e a violência presentes no cotidiano dos adolescentes, os quais, não raro, resultam em soluções radicais, como ilustra a notícia publicada recentemente em um jornal de grande circulação³⁶: “Rebecca se matou a caminho da escola. Ela pulou da plataforma de uma fábrica de cimento abandonada perto de casa. (...) Sua morte é a última no crescente fenômeno de jovens que decidem se matar, após sofrer cruéis perseguições na Internet por meio de mensagens, ou aplicativos de fotos. (...) As autoridades acreditam que o *bullying* tenha durado mais de um ano”. Nas redes sociais, a adolescente fora aterrorizada por mensagens que variavam desde chamá-la de feia até exigir que se matasse. Depois de aparecer com cortes nos pulsos, sua mãe a internou e a afastou de seus contatos virtuais. Rebecca parecia melhorar, mas, em segredo, se registrou em aplicativos de mensagens no celular e o *bullying* recomeçou. No *Kik Messenger*, deixou duas mensagens para amigas e mudou seu nome de usuário para “a menina morta”.

Do inglês *bully* (*fanfarrão, valentão*, mas também *intimidar, tiranizar*), o termo *bullying* designa “uma variedade de comportamentos de maus-tratos que é praticado [sic] por um ou mais indivíduos em relação a outros, geralmente, de estatura, força física ou habilidade de defesa menor que o agressor, caracterizado assim pela repetitividade e desequilíbrio de poder” (ARAÚJO, 2011, p. 24). Os estudos sobre o *bullying* iniciaram-se na Universidade de Bergen, na Noruega, tendo

36 <http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2013/09/adolescente-se-suicida-nos-eua-apos-sofrer-bullying-na-internet.html>

sido desenvolvidos de 1978 até 1993 pelo sueco Dan Olweus e sua equipe. Mesmo sem aval ou interesse das escolas, na década de 70, Olweus iniciou suas observações sobre agressores e suas vítimas nas instituições de ensino norueguesas. Mas, foi somente depois do suicídio de três rapazes entre 10 e 14 anos que seus estudos ganharam maior expressão. Conhecido como o pai dos programas *antibullying*, Olweus (1993) pesquisou cerca de 84.000 estudantes, 300 a 400 professores e 1.000 pais nos vários períodos de ensino. Tendo verificado o caráter de agressividade, repetitividade e desequilíbrio de forças em jogo, cunhou uma definição bastante similar à apresentada acima: “defino o *bullying* ou a vitimização da seguinte maneira geral: um estudante está sofrendo *bullying* quando ele ou ela está exposto, repetidamente e durante algum tempo, a ações negativas por parte de um ou mais estudantes” (OLWEUS, 1993, p. 9).

No *bullying*, portanto, o comportamento agressivo é repetitivo, intencional e envolve indivíduos em diferentes posições de força. Mas, mais profundamente, como forma de assédio moral, o *bullying* designa uma modalidade contemporânea de violência marcada pela ausência de qualquer mediação simbólica uma vez que a desqualificação, as agressões e as humilhações provocam ou atualizam feridas narcísicas capazes de minar e até dissolver o investimento narcísico já frágil de muitos adolescentes. Em outras palavras, no momento de construção e consolidação da identidade, a violência repetitiva do assédio e a exclusão do grupo intensificam a vulnerabilidade: o olhar dos agressores impõe uma imagem negativa, e a violência pode atingir um limite a partir do qual o adolescente é invadido por angústia insuportável. Sentindo perder o controle sobre si, e dominado pelo desamparo e pela solidão, o suicídio como passagem ao ato desponta como solução.

Contudo, para que haja assédio, é preciso haver pelo menos dois. De um lado aqueles que sofrem o *bullying* e, de outro, aqueles que o exercem, na maior parte das vezes, também adolescentes. Igualmente frágeis, parecem procurar uma descarga ou alívio para suas angústias através da repetição compulsiva do ato violento, sem a mediação da elaboração psíquica, deixando exposta sua necessidade de dominar e controlar, ao pretender um poder absoluto sobre o outro, reduzindo-o a puro objeto. Também eles, através da passagem ao ato, procuram dar conta do próprio desamparo.

Do *bullying* ao suicídio

O suicídio nos coloca diante do irrepresentável e do irrepresentado. É curioso constatarmos que, em seu artigo dedicado ao suicídio, “Contribuições para uma discussão acerca do suicídio” (1910/2006), Freud refira-se justamente aos jovens e às pressões sofridas no ambiente escolar e laboral. Na ocasião, Freud participava de um debate onde as escolas eram acusadas de impelir seus alunos ao suicídio. Seu interesse pelo assunto era justificado pela necessidade de se investigar “como seria possível subjugar-se a extraordinariamente poderosa pulsão de vida” (FREUD, 1910/2006, p. 218). Freud não chega a uma conclusão sobre a questão, mas indica, ao final do debate, o estudo da melancolia como um caminho para a compreensão dos fatores envolvidos.

Freud (1910/2006) observa, ainda, que a escola secundária deveria proporcionar aos jovens o desejo de viver, despertar-lhes o interesse pelo mundo exterior e “oferecer-lhes apoio e amparo numa época da vida em que as condições de seu desenvolvimento os compelem a afrouxar seus vínculos com a casa dos pais e da família” (FREUD, 1910/2006, p. 217-218). Quando este texto foi escrito, havia maior clareza quanto ao lugar a ser ocupado pelo jovem na sociedade, e ritos de passagem definidos marcavam o atravessamento da vida infantil para a vida adulta. Na contemporaneidade, as exigências pulsionais e o necessário remanejamento identificatório incidem sobre um adolescente inserido em uma sociedade bastante diversa, com padrões identificatórios mais complexos e sutis, com referências radicalmente inovadoras no tempo e no espaço e com múltiplos ritos de passagem ainda não totalmente compreendidos em sua estrutura.

Em todo caso, lá como cá, quer seja em grupos de pertencimento primário ou secundário, o olhar do outro é constitutivo da imagem que o sujeito faz de si e é regulador de seu narcisismo. O adolescente, na construção de sua identidade, mais do que o olhar dos pais, procura tanto a aprovação de seus pares quanto novas referências. O recurso a novas ancoragens para lidar com o desamparo surge porque, entre a infância e a adolescência, não é mais possível a sustentação em um Eu Ideal até então garantido pelo investimento parental. De tal modo que, por vezes, no esforço de ser aceito pelo grupo e de garantir a pertença

a determinada “tribo”, o adolescente busca paradoxalmente diluir suas diferenças, sacrificando sua singularidade, e buscando encontrar limites que possam contê-lo e defini-lo como sujeito. Tendo isto em mente, Rouchy (2001) constatou que os grupos de pertencimento secundário podem funcionar como espaço continente e como espaço transicional, oferecendo figuras identificatórias substitutivas e reforçando os processos de individuação esboçados no grupo de pertencimento primário. Contudo, esse mesmo grupo pode também tornar-se ameaçador e provocar conflitos intensos e desorganizadores o suficiente para fragilizar a estrutura narcísica do adolescente, podendo levar a sensações de fragmentação ou de dissolução do Eu.

Em entrevista realizada por Grassi com Juan-David Nasio (2013), o psicanalista observa que o adolescente é dominado, ora pelo sentimento de vergonha, ora pelo de onipotência, e acrescenta que um Supereu violento pode provocar tanto inibições quanto comportamentos agressivos. Para ele, um sofrimento intenso seria aquele que se manifesta através de comportamentos perigosos contra si mesmo ou contra a sociedade, através de atos variados que podem levar ao exercício da violência contra outros ou contra si, podendo culminar no suicídio. Lima e Silva (2011), procurando compreender particularmente por que alguns sujeitos se apresentam como campo fértil para o *bullying*, ocupando a posição da vítima, destaca a fragilidade da face protetora do Supereu, resultando no domínio de um Supereu sádico. Assim é que o Eu em transformação, sem encontrar um outro significativo que cuide e proteja, não desenvolveria defesas suficientes para lidar com o Supereu arcaico. Em linha de raciocínio semelhante, mas referindo-se aos adultos que cercam o adolescente, ou seja, ao seu grupo de pertencimento primário, Savietto (2006) sugeriu haver carência na oferta de referências para a composição do Ideal do Eu, entendendo que seriam as figuras das celebridades, e não mais as figuras de autoridade, que os adolescentes tomariam como referências. Marin (2002), por sua vez, reconheceu que as mudanças culturais relativas à família se caracterizariam por um enfraquecimento da relação de apoio que lhe seria própria e, portanto, a família viria perdendo seu lugar de apoio na constituição do Eu. Para a autora, o regulador social contemporâneo passaria mais pela transmissão de uma promessa de gozo do que pela consciência da dívida e do dever para com as gerações passadas, como ocorria na sociedade tradicional.

Os adultos de hoje, imersos na ilusão da plena satisfação, estariam ensinando, consciente ou inconscientemente, seus filhos a responderem à vivência de desamparo através da onipotência, ao invés de ajudá-los nos processos de elaboração e de simbolização. É interessante notar que estes estudos trazem, em comum, o argumento explícito ou implícito de que, na cultura contemporânea, marcada pelo desamparo e pela predominância de ideais narcísicos de tipo absoluto e onipotente, os adolescentes teriam dificuldades em pôr em operação defesas mais sofisticadas, seja contra suas exigências pulsionais, através da sublimação (ou mesmo do recalque), seja contra o que vem do ambiente. Assim, sem recursos suficientes para elaborar as intensidades experimentadas, acabariam por recorrer tanto a uma espécie de descarga pulsional imediata através da ação dirigida ao objeto, quanto ao retorno em direção à própria pessoa — um dos modos primários de defesa. Por isso, Saviotto (2006) pode constatar que a experiência do desamparo pode dar lugar à passagem ao ato, sendo o suicídio sua forma mais radical.

Lacan (1963/2005, p. 140) já propunha que o que estaria em jogo no suicídio seria a passagem ao ato, um dar as costas ao Outro, fugindo da cena e, com isso, fugindo da angústia e da divisão do sujeito. Sabemos que, diferentemente do *acting-out*, a passagem ao ato aponta para o irrepresentado em seu caráter traumático, ou seja, para o que não pode ser processado psiquicamente e subjetivado, permanecendo como intensidade que, de um lado, desestrutura e, de outro, exige algum destino. Segundo Capanema e Vorcaro (2012), o ato na adolescência surgiria como a última saída frente à angústia, como tentativa de inscrição diante de enorme dificuldade de se realizar um trabalho de elaboração psíquica, revelando a precariedade dos processos de simbolização disponíveis para o sujeito. Nas palavras das autoras, “a passagem ao ato é esse desligamento radical do Outro. Contrariamente ao *acting out*, que vem no lugar de um dizer, ela é um ‘eu não quero dizer’” (CAPANEMA & VORCARO, 2012, p. 156/157). Ou seja, enquanto o *acting out* seria endereçado a um outro e não se restringiria a uma pura descarga pulsional, a passagem ao ato indicaria uma falha em sua dimensão de convocação e endereçamento.

Para Birman (2006), os sujeitos têm, cada vez mais, lançado mão da passagem ao ato e não do *acting out*. Ao analisar as transformações nas formas de mal-estar da atualidade, o psicanalista entendeu que, no lugar do antigo sofrimento centrado no conflito psíquico, o mal-estar contemporâneo se caracterizaria pela prevalência dos registros do corpo, do sentimento e da ação, articulados através da dimensão do excesso. O registro da ação – também chamado por Birman (2006) de registro da compulsão – diria respeito a um excesso que, invadindo o psiquismo, resultaria numa dor que o sujeito contemporâneo já não conseguiria transformar em sofrimento, ou seja, já não conseguiria endereçar ao outro como demanda. Para este autor, o corpo seria o lugar de enunciação mais evidente do mal-estar contemporâneo e, quando não puder ser descarregado no corpo através, por exemplo, dos ataques de pânico ou das doenças psicossomáticas, o excesso seria descarregado através do agir. Dito de outro modo, na impossibilidade de conter o excesso, simbolizando-o e transformando-o em ação específica, o uso abusivo de drogas, os comportamentos violentos, os comportamentos de risco e, no limite, o suicídio, hoje tão comuns, aparecem como as únicas saídas possíveis para certos adolescentes.

Sabemos que a experiência traumática, derivada da irrupção do excesso na tessitura psíquica pela impossibilidade de defesa, pode engendrar movimentos de compulsão à repetição, em uma tentativa de, por uma espécie de reencenação ou reexperimentação do trauma, encontrar-lhe um destino subjetivo. Como ensinou Green (2000), estaríamos aqui diante do paradoxo da descarga ou do dilema fundamental do psiquismo: conservar os traços da experiência psíquica para poder elaborá-los ou evacuar, para fora do psiquismo, os efeitos de uma angústia sem nome (BION, 1992). Assim, este tipo de agir seria o resultado da dessimbolização e da dissolução do valor polissêmico do ato até a sua fatualidade pura, em um movimento cujo sentido seria tão somente o da realização imediata pelas vias mais curtas. É justamente neste sentido que Green (2000) pode apontar a diferença entre a ação específica e este agir pelo qual a pulsão franquearia os limites do psiquismo para entrar no corpo ou para encontrar uma espécie de descarga imediata. Superativada, intensificada, ela entraria em curto-circuito, autonomizando e amplificando os processos desobjetalizantes e certos trabalhos do negativo sob o domínio da pulsão de morte e do irrepresentado.

Mas, Green (2010) também percebeu que, nestes casos, o trabalho do negativo oscilaria entre a obrigação de sobreviver e a impossibilidade de satisfazer sua aspiração de viver, de tal modo que o suicídio ou as tentativas de suicídio estariam longe de ser simplesmente a expressão de um desejo de morrer. Tratar-se-ia, para este autor, de um retorno massivo da destruição em direção ao Eu, podendo estar presente em uma miríade de estados, desde o desejo de pôr fim a um sofrimento intolerável até a desesperança extremada, característica da melancolia (GREEN, 2007). Em todos os casos, estaríamos diante de um movimento impulsivo, instante imprevisível no qual as forças de destruição estariam mobilizadas ao máximo. Mas, se considerarmos que, na origem, a agressividade é dirigida para fora antes que retorne sobre o próprio sujeito, o suicídio revelaria menos a intenção de pôr fim à própria vida do que a de pôr fim ao sofrimento. Cegos pela negação de suas próprias pulsões destrutivas dirigidas a objetos que devem ser preservados a todo custo (pais, grupos etc.) e, portanto, com o narcisismo fragilizado, estes sujeitos experimentaríamos um sentimento de insuficiência, de fracasso, de desvalorização, mas, antes de tudo, de perda da esperança de verem a situação se modificar. Por isso, Green (1994) sustentou a ideia de que o suicídio poderia ter como uma de suas causas o desejo de fazer cessar, não a vida presente propriamente dita, mas um futuro que só pode piorar: retirar-se da vida seria fazer cessar o progresso do mal, sentido como invencível.

O assédio e o agressor

Vimos como o assédio moral, com suas características francamente perversas, vem sendo queixa constante em diversos contextos da sociedade contemporânea. Birman (2005, p. 32) ressalta que o assédio implica ser “solapado na sua segurança identitária e esvaziado nas suas potencialidades sociais e psíquicas de ser”. Em decorrência da fragilidade dos operadores simbólicos de que dispõe, o sujeito perde suas referências identificatórias, sendo levado à paralisia mental e à impossibilidade de agir. Não por acaso, a automutilação tem sido observada em um número crescente de adolescentes, incluindo os que sofrem assédio. Sleglova & Cerna (2011) apontaram que pelo menos 2% dos jovens assediados afirmam já ter pensado em acabar com a própria vida em

decorrência da violência sofrida. Entrevistados pelas autoras, muitos relataram também recorrerem às automutilações para aliviar a angústia derivada do assédio. Também Rebeca, a adolescente citada no início deste artigo, começou a cortar-se até que, definindo-se como “a menina morta”, suicidou-se. Ou seja, diante de angústias que não conseguem elaborar e aliviar, por vezes os adolescentes buscam sensações que os reasseguem e, através da dor que infligem a si próprios, tentam encontrar-lhes um modo de descarga. Recorrendo a feridas físicas que podem controlar para diminuir o sofrimento psíquico, deixam de ser vítimas passivas e tornam-se ativos nos limites que constroem para si.

A noção de Eu-pele pode ajudar a entender tais processos. Desenvolvida por Anzieu (1989), se refere a um continente psíquico que protegeria o sujeito de um esvaziamento e evitaria os riscos de despersonalização: “a instauração do Eu-pele responde à necessidade de um envelope narcísico e assegura ao aparelho psíquico a certeza e a constância de um bem-estar de base” (ANZIEU, 1989, p. 44). A pele não apenas conteria e reteria o bom armazenado, como também seria a interface que marca o limite com o exterior, constituindo o meio primário de estabelecimento de relações significativas. Anzieu se refere, particularmente, a uma forma de angústia caracterizada pela excitação pulsional difusa, permanente e não identificável. Descrita como “núcleo sem casca”, levaria o indivíduo a procurar “uma casca substitutiva na dor física ou na angústia psíquica: ele se envolve no sofrimento” (Id., *ibid.*, p. 116). Em outras palavras, por vezes, na tentativa de restituir a função de pele-continente não exercida pelo círculo humano, o sujeito se imporia um envoltório real de sofrimento. Sofro, logo existo: os cortes feitos no corpo dariam consistência ao envoltório corporal, configurando o corpo como continente numa tentativa desesperada de produzir limites e de engendrar uma unidade identitária. Como se os cortes permitissem aos adolescentes se reencontrarem consigo mesmos, fornecendo-lhes a sensação da existência de seu corpo e, portanto, de sua própria existência continuada.

Nasio (GRASSI, 2013) entende ser comum ao adolescente não conseguir identificar com clareza o que sente: não só não consegue nomear seus sentimentos, como também tem dificuldade em verbalizá-los. Na clínica, para este autor, ao escutá-lo o psicanalista

funcionaria como um parteiro da palavra que nomearia um sentimento. Na família, por sua vez, temendo fazer dissolver a imagem ideal que os pais fariam dele, o adolescente se calaria, nada revelando sobre suas dores. Convivendo, assim, com duas imagens contraditórias (a sua própria ou a de seu grupo e a de seus pais) que geram profundo sofrimento, ele evitaria envolver os adultos por medo e por não querer sentir-se como uma criança que pede ajuda aos pais. Isto ficou evidente em mais um caso divulgado pela mídia³⁷: em 2013, no Piauí, uma adolescente de 17 anos se enforcou com o fio de uma prancha alisadora de cabelo, após ter sido compartilhado, pelo *whatsapp*, um vídeo da relação sexual que teve com duas pessoas. Antes de passar ao ato, a adolescente publicou no *twitter*: “desculpe não ter sido a filha perfeita, mas eu tentei... É daqui a pouco que tudo acaba... Acho que é tchau para sempre”. Outra notícia³⁸, divulgada quatro dias depois da morte da adolescente no Piauí, revelou o drama de uma adolescente de 16 anos que se enforcou depois de ter fotos íntimas divulgadas nas redes sociais. Antes de se matar, ela também publicou no *twitter*: “hoje de tarde eu dou um jeito nisso. Não vou ser mais estorvo para ninguém”. Ao terem seus corpos e sexualidade divulgados na internet, estas duas adolescentes perderam o controle imaginário do olhar do outro e, não suportando o esvaziamento narcísico decorrente da exposição sofrida, passaram ao ato.

Os casos acima citados demonstram o quanto as novas tecnologias têm colaborado para a ampliação de situações de assédio e de seu alcance, chegando a configurar um conceito derivado: o *cyberbullying* se define como uma forma de assédio e de intimidação via internet, que inclui ameaças de morte, envio de vírus, acesso a contas de e-mail, interrupção da participação de uma pessoa em um jogo online, constrangimento intencional de alguém entre seus colegas, entre outros atos (ARAÚJO, 2011; SLEGLOVA & CERNA, 2011, DEMARAY, 2013). Através deste instrumento, os agressores podem produzir imagens que mostram a vítima em situações vergonhosas e humilhantes, assim como podem fazer circular comentários desonrosos e agressivos

37 <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2013/11/policia-investiga-morte-de-garota-que-teve-video-intimo-divulgado-no-piaui.html>.

38 <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/11/policia-do-rs-investiga-morte-de-jovem-apos-divulgacao-de-foto-intima.html>.

de forma anônima. Têm sido comum, por exemplo, filmagens através de celulares e publicadas na rede, mostrando um aluno espancado por colegas de escola. A difamação ganha ampla repercussão e a vítima, isolada e não tendo a quem recorrer, sente-se paralisada e impotente. É evidente que o anonimato que caracteriza o *cyberbullying* ajuda a intensificar a violência dos ataques.

Mas, devemos perguntar: o que pode estar sendo manifestado através destes atos? Podemos supor que os agressores buscam aplacar suas angústias, rejeitando, expulsando e projetando o que lhes parece mau neles mesmos, em um processo defensivo primário bastante próximo do que Freud (1925/2006) descreveu claramente no célebre texto sobre a denegação, mas que já se insinuava desde 1911 (FREUD, 1911/2006). Como se estivessem presos no Eu-prazer purificado, responsabilizam suas vítimas pelo sofrimento que porventura sintam, defendendo-se dele através de suas crenças e certezas, as quais impedem qualquer questionamento e qualquer elaboração a seu próprio respeito e a respeito de seus atos. Segundo Green (2010), assim é que “a onipotência suposta neste Eu idealmente pleno se transforma em onipotência capaz de aniquilar a causa de sua frustração e sua própria frustração, em um movimento de exclusão radical” (GREEN, 2010, p. 139). Dito de outro modo, a dominação absoluta do objeto se impõe na medida mesma de sua capacidade de produzir efeitos desorganizadores, sem qualquer consideração quanto às consequências e às implicações de seus atos.

Ora, também aqui haveria algo de irrepresentado em operação e em movimento, também aqui a amplificação dos movimentos mortíferos derivados da intensificação e autonomização da pulsão de morte, também aqui movimentos desobjetalizantes. Assim, ao recorrer à violência, estes adolescentes agressores descarregariam suas pulsões destrutivas no imediatismo do ato, mesmo que provoquem dor, humilhação ou morte. Não há empatia pela vítima, encarnação do que foi expelido por não poder ser reconhecido e elaborado em si mesmo. Souza (2001) observou que a violência praticada por grupos de jovens costuma ser dirigida para figuras que se encontram numa posição frágil e não se constituem como ameaça imediata ou concreta. Ao se perguntar por que estas figuras despertam tanta angústia a ponto de precisarem ser destruídas, a autora formulou a hipótese de que, possivelmente, elas

evocam a quebra da imagem idealizada e plena de gratificações que a infância prometia aos agressores e que a adolescência lhes negou.

Do mesmo modo, ao descrever o quadro da perversão narcísica, Racamier (1992/2012) comentou que as falhas narcísicas na primitiva infância e a tentativa de manter a megalomania infantil movimentariam o sujeito na busca de sustentação e preenchimento de seu narcisismo através do exercício de um domínio sobre o outro. O conteúdo psíquico perturbador seria evacuado pelo perverso narcísico em um sujeito ou em um núcleo de pessoas que, ao absorvê-lo, se tornariam o complemento operatório de sua defesa (LEVY, 2013). Assim é que, para sustentar o sentimento de onipotência, o agressor necessitaria esvaziar narcisicamente sua vítima. De modo similar, Hirigoyen (2009, 2014) assinalou que cresce a tendência de tratar o outro como um objeto que se descarta quando nele se perde o interesse. Este acréscimo no número de casos de patologias narcísicas, tais como a perversão narcísica, revelaria os efeitos do cultivo da superficialidade como proteção contra as relações afetivas. Tentando encontrar um sentido na vida e buscando, a qualquer preço, preencher seu vazio interior, estes sujeitos sentir-se-iam impelidos a afirmar-se, abusando dos demais, torturando-os.

Considerações finais

Ceccarelli e Patrício (2013) também destacam as relações entre o *bullying* e o cenário atual de transformações sociais profundas, mobilidade das estruturas de poder, rupturas de paradigmas e profundas incertezas. Como se, hoje, os sujeitos se sentissem ameaçados pelo que é diferente, pelo que foge ao padrão de referência ou pelo que simplesmente ameaça sua posição de poder. Para estes autores, isto levaria a uma perda das referências identificatórias constitutivas do Eu e faria com que o sentimento de identidade (construção imaginária) não encontrasse mais sustentação. O *bullying* estaria inserido neste contexto, pois nesta prática combater-se-ia justamente o insuportável da diferença e, mais do que isso, o desconhecido e o estranho, tal como Freud (1919/2006) o definiu, como ameaça a ser combatida e eliminada: tenta-se excluir o mais estranho em cada um. Nessa ótica, do lado da vítima, o suicídio seria o resultado extremo do processo de aniquilação.

Vê-se como, em sua dupla face, a análise do assédio moral – vítima e agressor – nos leva a endossar a afirmação de Jordão (2013) de que traços melancólicos e traços perversos convivem na atualidade em um nível tanto individual quanto coletivo. Segundo o autor, estaríamos vivendo em um estado *borderline* no qual “a experiência de limite à potência narcísica significa sua completa anulação, pois aqui as únicas opções possíveis são da ordem do absoluto: onipotência ou desamparo” (JORDÃO, 2013, p. 106). Assim, por um lado, com o intuito de reafirmar sua onipotência narcísica, evitando ser invadido pela angústia do desamparo, quem pratica o *bullying* destitui as características da vítima que provocam nele o sentimento de ameaça, e a transforma em objeto utilitário. Por outro lado, diante do esvaziamento narcísico, a vítima do assédio concretiza a sensação de morte psíquica, passando ao ato. Em ambos os casos, vemos a pulsão de morte em ação, em um movimento, de um lado, de expulsão e exclusão e, de outro, de desinvestimento e desligamento, até o próprio aniquilamento.

Tramitação:

Enviado em: 19/05/2014

Aprovado em: 25/06/2014

LIDIA LEVY

Rua Marquês de São Vicente, nº 225

Edifício Cardeal Leme, sala 201 – Gávea – Cep 22453-900 – RJ

Email: llevy@puc-rio.br

MARIA EDUARDA S. P. SIMONSEN

Rua Visconde de Albuquerque, nº 517, aptº 504 – Leblon

Cep: 22450-003 - RJ

Email: mariaespereira@gmail.com

MONAH WINOGRAD

Rua Marquês de São Vicente, nº 225 – Edifício Cardeal Leme, sala 201

Gávea – Cep 22453-900 – RJ

Email: monahwinograd@icloud.com